

INFORMATIVO – JURÍDICO SEMOVE

Ministério da Fazenda

[ATO COTEPE/PMPF Nº 13, DE 9 DE MAIO DE 2024](#) - PREÇO MÉDIO PONDERADO AO CONSUMIDOR FINAL (PMPF) DE COMBUSTÍVEIS.

Executivo Estadual

[PORTARIA DETRO/PRES Nº 1.796 DE 08 DE ABRIL DE 2024](#) - DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DOS CONTATOS DA OUVIDORIA DO DETRO/RJ E DO CÓDIGO DE ACESSO DIRETO AO SISTEMA OUVÉRJ, PARA O REGISTRO ELETRÔNICO DE MANIFESTAÇÕES DOS USUÁRIOS E SOLICITAÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO.

Executivo Municipal

[LEI Nº 8.314, DE 6 DE MAIO DE 2024](#) - DECLARA FERIADO NOS DIAS 18 E 19 DE NOVEMBRO DE 2024.

[LEI Nº 8.315, DE 6 DE MAIO DE 2024](#) - DISPÕE SOBRE PENALIDADES ADMINISTRATIVAS CONTRA A PRÁTICA DE ATO DISCRIMINATÓRIO POR MOTIVO DE RAÇA OU COR

[RESOLUÇÃO SMTR Nº 3.734 DE 02 DE MAIO DE 2024](#) - ESTABELECE O PRAZO DE VIDA ÚTIL DOS VEÍCULOS DO TIPO VAN INTEGRANTES DO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIRO COMPLEMENTAR COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, "CABRITINHO"- STPC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (*) Republicado por ter saído com incorreção no D.O Rio nº 30 de 03/05/2024, fls.17.

Notícias

[Nova lei inclui mobilidade urbana em estudo de impacto de vizinhança](#)

"O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 14.849/24, que exige a análise de mobilidade urbana entre as questões a serem consideradas na elaboração do estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV). Esse estudo é usado para dimensionar os efeitos da construção de empreendimentos. A lei foi publicada nesta sexta-feira (3) no Diário Oficial da União. A proposta que deu origem à norma é oriunda da Câmara dos Deputados (Projeto de Lei 5011/16), de autoria do ex-deputado Lúcio Vale (PA) e outros, e foi aprovada nas duas casas do Congresso Nacional. Não houve vetos presidenciais ao texto. O EIV é um dos instrumentos da política urbana municipal

previstos no Estatuto da Cidade. O objetivo do estudo é analisar as consequências da instalação de certos empreendimentos, considerados de grande impacto sobre as áreas vizinhas, a fim de minimizar consequências indesejadas. Atualmente, lei municipal define quais os empreendimentos que precisam do EIV para obter as licenças de construção. Entre outros pontos, o estudo prévio de impacto de vizinhança deve analisar aspectos como adensamento populacional, uso e ocupação do solo e geração de tráfego.”

Notícias Câmara dos Deputados – 03/05/2024

[Com atuação da CNT, Política Nacional de Qualidade do Ar é sancionada com vetos](#)

“Com articulação da CNT (Confederação Nacional do Transporte), o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou com vetos a Lei nº 14.850/2024, que cria a Política Nacional de Qualidade do Ar. A proposta é derivada do Projeto de Lei nº 3.027/2022 e estabelece diretrizes para a gestão da qualidade do ar em todo o território nacional. A CNT, com apoio da ANTF (Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários), se posicionou de forma contrária aos artigos da proposição que atribuía aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios a competência para estabelecer regulamentações mais restritivas sobre os padrões nacionais de qualidade do ar em seus territórios. A gerente do Poder Executivo da CNT Danielle Bernardes explica que o texto original, construído com contribuições da Confederação, estabelecia metas tangíveis aos empreendimentos desenvolvidos em âmbito estadual e municipal, sobretudo àqueles diretamente relacionados às fontes de emissões móveis e ao setor transportador. Mas a versão aprovada no parlamento foi diferente e, por isso, foi necessário atuar para buscar o veto parcial nos trechos mais críticos.”

Notícias CNT – 06/05/2024

[Governo federal deve anunciar pacote de 5 mil ônibus elétricos ainda nesta semana](#)

“O governo federal deverá anunciar um pacote de mais de 5 mil ônibus elétricos. O anúncio deve ser feito ainda nesta semana pelo presidente Luz Inácio Lula da Silva durante evento no Palácio do Planalto. A renovação da frota estabelece a aquisição de ônibus elétricos ou versões modernas dos veículos, chegando a ser até 18 vezes menos poluentes. Os coletivos deverão estar equipados com ar-condicionado e Wi-fi. O pacote também inclui obras de infraestrutura urbana nas favelas, como melhoras no saneamento básico, sistema viário e iluminação pública nas áreas.”

Notícias Diário do Transporte – 06/05/2024

[Rio Bonito \(RJ\) inicia pesquisa para desenvolvimento do plano de mobilidade urbana](#)

“A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação de Rio Bonito (RJ) está dando os primeiros passos para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana Municipal, através de uma pesquisa online. Com apenas 10 perguntas, o formulário

busca entender os hábitos de deslocamento e os modos de transporte utilizados pela população. Qualquer pessoa pode participar, compartilhando sua opinião e experiência. O processo é rápido, levando apenas cinco minutos para responder às perguntas, que abordam desde a presença de deficiência para locomoção até detalhes sobre o deslocamento diário para o trabalho ou escola.”

Notícias Diário do Transporte – 07/05/2024

[Comissão debaterá programa do governo federal para descarbonizar veículos](#)

“A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados promove audiência pública nesta terça-feira (7) para discutir a Medida Provisória 1205/23, que instituiu o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Programa Mover). O programa visa a descarbonização dos veículos, por meio de incentivos fiscais para empresas que investem em sustentabilidade. “O Mover segue as diretrizes do atual governo de compromisso com o desenvolvimento sustentável, visando a neointustrialização do parque industrial do País e, ao mesmo tempo, fomenta a economia verde, por meio do investimento e incentivo a mobilidade e logística de baixo carbono”, diz o deputado Alex Santana (Republicanos-BA), autor do requerimento para a realização da audiência. ‘O governo acredita que o Programa Mover pode atrair investimentos e estimular que empresas estrangeiras possam realocar ou instalar ramificações dos seus parques industriais no País, tendo como contrapartida a concessão de créditos financeiros’, acrescenta.”

Notícias Câmara dos Deputados – 07/05/2024

[Audiência debate regulamentação da reforma tributária com secretário do governo](#)

“As comissões Finanças e Tributação, e Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados vão ouvir, nesta quarta-feira (8), o secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, sobre a regulamentação infraconstitucional da reforma tributária. A audiência, proposta pelos deputados do União Danilo Forte (CE) e Pauderney Avelino (AM), será realizada a partir das 10 horas, no plenário 4. Segundo Avelino, a reforma tributária (Emenda Constitucional 132) requer uma série de regulamentações infraconstitucionais para entrar efetivamente em operação. ‘Nesse sentido, as contribuições do secretário especial da Reforma Tributária, Bernard Appy, são determinantes para que possamos melhor compreender os próximos passos dessa grande transformação no cenário tributário brasileiro’, afirma.”

Notícias Câmara dos Deputados – 08/05/2024

[Governo Federal anuncia investimento de R\\$ 10,6 bilhões para renovação de frota com ônibus menos poluentes](#)

“O governo federal anunciou o investimento de R\$ 10,6 bilhões para a renovação da frota de ônibus com veículos “verdes”. O anúncio foi feito pelo ministro das Cidades,

Jader Filho (MDB), nesta quarta-feira, 8 de maio de 2024, durante evento em Brasília. Ao anunciar investimentos do PAC Seleções Cidades, o ministro afirmou que serão adquiridos mais de 5 mil novos coletivos e que ao menos metade deste total será de ônibus elétricos. Jader Filho ainda exaltou o tamanho do feito, lembrando o tamanho da frota atual de veículos elétricos no transporte público brasileiro.”

Notícias Diário do Transporte – 08/05/2024

[Senado aprova volta do DPVAT \(seguro obrigatório\) com até 40% de destinação ao transporte coletivo](#)

“O Senado Federal aprovou na tarde desta quarta-feira, 08 de maio de 2024, a criação do Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito, o SPVAT, que, na prática é a volta do DPVAT (seguro obrigatório). A aprovação foi por 41 votos a 28 e, agora, segue para sanção do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Como havia mostrado o Diário do Transporte, a Câmara aprovou o retorno da obrigatoriedade por 304 a 136 votos no dia 09 de abril de 2024.”

Notícias Diário do Transporte – 08/05/2024

[EXCLUSIVO: Confira quantos ônibus elétricos e a diesel vai comprar cada cidade pelo PAC Seleções](#)

“Como mostrou o Diário do Transporte, no âmbito do PAC Seleções (Programa de Aceleração do Crescimento), o Governo Federal anunciou nesta quarta-feira, 08 de maio de 2024, a liberação de R\$ 10,6 bilhões para a renovação da frota de transporte em sete estados e 61 cidades que tiveram as propostas de financiamento selecionadas após análise das equipes da União que gerenciam a modalidade. Ao todo, serão financiados 2.549 ônibus elétricos, 2.782 a diesel com categoria Euro 6 e 39 veículos sob trilhos.”

Notícias Diário do Transporte – 08/05/2024

[Haddad apresenta a Pacheco acordo sobre desoneração da folha de pagamento](#)

“O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, recebeu nesta quinta-feira (9) a visita do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O ministro veio informar a Pacheco que o governo entrou em acordo com representantes de empresas de 17 setores sobre a reoneração da folha de pagamento. O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (S/Partido-AP), também participaram da reunião. De acordo com Pacheco, o governo entrou em entendimento com os setores para que seja mantida a desoneração neste ano. O presidente do Senado lembrou que a desoneração foi aprovada no Senado e na Câmara dos Deputados e que o Congresso Nacional derrubou o veto do presidente Lula ao projeto. Depois da derrubada do veto, o governo entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a constitucionalidade da desoneração e o ministro Cristiano Zanin julgou procedente a demanda. Na ocasião, a iniciativa do

governo foi classificada por Pacheco como um erro. Agora, o governo vai pedir ao STF uma modulação da decisão, para que seja mantida a desoneração para os 17 setores durante o ano de 2024.”

Notícias Senado Federal – 09/05/2024

Governo e Congresso anunciam acordo sobre desoneração da folha

“O Governo Lula e o Congresso Nacional fecharam acordo sobre o modelo de reoneração gradual da folha de agamento dos 17 setores da economia intensivos em mão de obra. Esse entendimento foi confirmado pelo inistro da Fazenda, Fernando Haddad, ao lado do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). A desoneração alcança setores que empregam mais de 9 milhões de pessoas. Entidades empresariais e sindicatos ressaltam que é importante para a geração e manutenção de emprego e renda. Esse modelo permite que empresas substituam a contribuição previdenciária, de 20% sobre os salários, por uma alíquota sobre a receita bruta do empreendimento - que varia de 1% a 4,5%, de acordo com o setor. O acordo prevê que a contribuição continuará este ano sobre o faturamento. A partir de 2025, haverá aumento progressivo da cobrança sobre a folha, começando em 5%, que será acompanhado da redução gradual do tributo sobre o faturamento, de forma a equalizar a carga tributária. - (Em) 2024 se mantém como está a desoneração da folha. A partir de 2025, reconhecendo a inconstitucionalidade, estabelecendo a reoneração, 5% no primeiro ano, 10% no segundo ano. A partir do momento que vai onerar a folha, vai desonerar pelo faturamento na mesma proporção. Para o mês de maio, nada muda, se recolhe em cima do faturamento - explicou o presidente do Senado.”

Notícias NTU – 10/05/2024

Fonte:

<https://www.in.gov.br/>

<https://www.ioerj.com.br/>

<https://doweb.rio.rj.gov.br/>

<https://www12.senado.leg.br/>

<https://www.camara.leg.br/>

<https://www.ntu.org.br/>

<https://diariodotransporte.com.br/>